

4 - Projeto de lei 1268/2007 - Deputado Vanderlei Siraque - Institui a gratuidade no sistema de transporte coletivo para policiais civis e militares e guardas civis metropolitanos do Estado. - Deputado Orlando Bolçone - favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR - R.M.

5 - Projeto de lei 658/2010 - Deputado Conte Lopes - Autoriza o Poder Executivo a criar um Banco de Dados com arquivo de resultados de exames de DNA de pessoas mortas e não identificadas, de criminosos sexuais e pedófilos. - Deputado Coronel Camilo - favorável - V.d.L., C.P.

6 - Projeto de lei 1007/2011 - Deputado Alencar Santana Braga - Autoriza o Poder Executivo a contratar gestores ambientais para o atendimento das demandas relacionadas às questões ambientais, objetivando o monitoramento ambiental, o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população. - Deputado Estevam Galvão - favorável - V.d.L., C.P.

7 - Projeto de lei 351/2012 - Deputado Aldo Demarchi - Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo intermunicipal. - Deputado Léo Oliveira - favorável - R.M.

8 - Projeto de lei 300/2013 - Deputado Welson Gasparini - Dispõe que o Estado oferecerá assistência jurídica integral e gratuita aos policiais militares que, no exercício de suas funções, envolvam-se ou sejam implicados em casos que demandem tutela jurídica, seja judicial ou extrajudicial. - Deputado Vaz de Lima - favorável ao projeto e à emenda apresentada pela Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários

9 - Projeto de lei 558/2013 - Deputado Sebastião Santos - Torna obrigatória a disponibilização de cadeira de rodas nas repartições públicas estaduais. - Deputado Vaz de Lima - favorável
10 - Projeto de lei 825/2013 - Deputado Marcos Zerbini - Estabelece norma de proteção às pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, dispondo sobre a instalação de placas indicativas de vagas preferenciais com mensagens educativas, no âmbito do Poder Público Estadual. - Deputado Vaz de Lima -favorável

11 - Projeto de lei 91/2014 - Deputado Mauro Bragato - Dispõe sobre a criação e instalação de um Centro de Pesquisa de Mandioca junto à APTA - Pólo Regional Médio Paranapecana, em Assis. -Deputado Carlão Pignatari - favorável

12 - Projeto de lei 399/2014 - Deputado Itamar Borges - Altera o artigo 6º da Lei nº 10.705, de 2000, que trata do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), com redação dada pela Lei nº 10.992, de 2001. - Deputado Coronel Camilo - favoravel ao projeto na forma do substitutivo proposto pela CCJR.. Voto em Separado do Deputado Carlão Pignatari contrário ao projeto e contrário ao substitutivo apresentado pela CCJR.. - C.P., J.P.R., L.O., V.d.L., O.B., P.C.J., E.G., C.C.

13 - Projeto de lei 415/2014 - Deputada Beth Sáhão - Dispõe sobre programas permanentes de capacitação dos profissionais da Companhia do Metropolitano de São Paulo e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, em especial os da área de segurança, para que estejam aptos a atuar na prevenção e no enfrentamento à prática da violência sexual em suas dependências. - Deputado Léo Oliveira - favorável - C.P., V.d.L.

14 - Projeto de lei 418/2014 Juntado o Projeto de lei 959/2015 -Deputado Alexandre da Farmácia - Autoriza o Poder Executivo a incluir no ensino médio da Rede Oficial do Estado um conjunto de atividades destinadas à orientação profissional, desenvolvidas mediante a realização de uma semana temática com a participação das diversas disciplinas da grade curricular. - Deputado Vaz de Lima - favorável aos PLS 418/14 e 959/15

15 - Projeto de lei 733/2014 - Deputada Beth Sáhão - Autoriza o Poder Executivo do Estado a implantar o Poupatempo em Olímpia. - Deputado Vaz de Lima - favorável

16 - Projeto de lei 1067/2014 - Deputado Itamar Borges - Autoriza o Poder Executivo a instituir o programa de expansão, modernização e padronização do Banco do Povo Paulista. - Deputado Léo Oliveira - favorável

17 - Projeto de lei 1293/2014 - Deputada Sarah Munhoz - Altera a Lei nº 8.356, de 1993, acrescentando a alínea "c" ao inciso II do artigo 3º, na forma que menciona. - Deputado Vaz de Lima - favorável

18 - Projeto de lei 1338/2014 - Deputado Carlos Giannazi - Dispõe sobre a criação de canal virtual, no "site" das respectivas Secretarias Estaduais, para consulta sobre o andamento dos documentos solicitados pelos servidores públicos estaduais. - Deputado João Paulo Rillo - favorável - R.M.

19 - Projeto de lei 138/2015 - Deputado Itamar Borges - Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de práticas e métodos sustentáveis na construção civil. - Deputado Carlão Pignatari - favorável ao projeto e à emenda apresentada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - J.P.R., P.C.J.

20 - Projeto de lei 153/2015 - Deputada Rita Passos - Dispõe sobre o plantio de árvores ao longo das rodovias estaduais. - Deputado Carlão Pignatari - contrário - E.G., J.P.R.

21 - Projeto de lei 164/2015 - Deputado Carlos Giannazi - Dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho destinadas a afrodescendentes e às etnias indígenas nas empresas privadas que recebam incentivos fiscais do Estado. - Deputado Teonílio Barba - favorável

22 - Projeto de lei 397/2015 - Deputada Beth Sáhão - Autoriza o Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual da Desenvolvimento Social, a fornecer gratuitamente repelente contra insetos a famílias de baixa renda moradoras de regiões com epidemia de dengue. - Deputado Edson Gironi - favorável - C.P.

23 - Projeto de lei 402/2015 - Deputada Beth Sáhão - Torna obrigatória a realização do "Teste do Quadril" (exame para detectar a displasia do desenvolvimento dos quadris) em todos os recém-nascidos nos berçários das maternidades do Estado. - Deputado Léo Oliveira - favorável

24 - Projeto de lei 427/2015 - Deputado Orlando Bolçone - Autoriza o Poder Executivo a estabelecer convênios com diferentes entidades especializadas no tratamento e acompanhamento de crianças autistas. -Deputado Léo Oliveira - favorável

25 - Projeto de lei 514/2015 - Deputado Carlos Giannazi - Dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho destinadas a mulheres vítimas de violência doméstica nas empresas prestadoras de serviços ao Poder Público estadual. - Deputado Coronel Camilo - favorável

26 - Projeto de lei 611/2015 - Deputado Hélio Nishimoto - Dispõe sobre a instalação, em prédios públicos, de dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água. - Deputado Carlão Pignatari - favorável ao projeto e à emenda apresentada pela Comissão de Infraestrutura

27 - Projeto de lei 644/2015 - Deputado Davi Zaia - Revoga o inciso XX do artigo 8º e altera o parágrafo único do artigo 10 da Lei nº 7.835, de 1992, que dispõe sobre o regime de concessão de obras públicas, de concessão e permissão de serviços públicos e dá providências correlatas. - Deputado Estevam Galvão - favorável - E.G., J.P.R.

28 - Projeto de lei 670/2015 - Deputado João Paulo Rillo - Dispõe sobre a criação, organização e atuação de Grêmios Estudantis nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados. - Deputado Teonílio Barba - favorável

29 - Projeto de lei 854/2015 - Deputado Gil Lancaster - Determina aos hospitais públicos e particulares, clínicas e postos de saúde credenciados à Rede Estadual de Saúde que forneçam aos pacientes diagnosticados com diabetes tipo 1 noções básicas sobre os cuidados no tratamento antes de qualquer encaminhamento ao especialista. - Deputado Léo Oliveira - favorável

30 - Projeto de lei 885/2015 - Deputado Adilson Rossi - Cria programa de ações socioeducativas e preventivas com objetivo de conscientização de homens agressores no âmbito familiar. - Deputado Coronel Camilo - favorável - E.G., J.P.R.

31 - Projeto de lei 969/2015 - Deputado Cezinha de Madureira - Institui o Programa Estadual de Doação de Alimentos - PEDA. - Deputado Carlão Pignatari - favorável - C.C., J.P.R.

32 - Projeto de lei 1004/2015 - Deputada Rita Passos - Cria o serviço "DISQUE EMPREGO" junto aos PATs (Postos de Atendimento ao Trabalhador) na Capital e demais cidades do Estado. - Deputado Teonílio Barba - favorável

33 - Projeto de lei 1014/2015 -Tribunal de Justiça - Dá nova redação ao inciso X do parágrafo único do artigo 2º da Lei Estadual nº 11.608, de 2003, que dispõe sobre despesas decorrentes de serviços públicos de natureza forense. - Deputado Carlão Pignatari - favorável ao projeto e contrário à emenda nº 1

34 - Projeto de lei 1055/2015 - Deputado André Soares - Considera pessoa com deficiência, para os fins de ingresso na reserva percentual de vagas para o provimento de cargos e empregos públicos, o indivíduo diagnosticado com audição unilateral. - Deputado Vaz de Lima - favorável

35 - Projeto de lei 1063/2015 - Deputado Gil Lancaster - Institui a "Semana de Prevenção e Combate a Catarata". - Deputado Léo Oliveira - favorável

36 - Projeto de lei 1106/2015 - Deputado Celso Nascimento - Institui o Selo "Empresa Sustentável" no Estado. - Deputado Edson Gironi - favorável - C.d.M., J.P.R.

37 - Projeto de lei 1211/2015 - Deputado Léo Oliveira - Institui o Pacto Estadual Social visando fomentar e estimular atividades de promoção e apoio a doação de órgãos, sangue, tecido humano e congêneres. - Deputado João Paulo Rillo - favorável

38 - Projeto de lei 1219/2015 - Deputado Adilson Rossi - Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Referência de Diagnóstico e Tratamento de Pessoas com Síndrome Fibromiálgica. - Deputado João Paulo Rillo - favorável

39 - Projeto de lei Complementar 39/2011 - Deputado Antonio Mentor - Reorganiza a Região Metropolitana de Campinas e revoga a Lei Complementar nº 870, de 2000. - Deputado Vaz de Lima - favorável ao projeto e à emenda apresentada pela Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais

40 - Projeto de lei Complementar 37/2014 - Deputado Itamar Borges - Altera dispositivos na Lei nº 14.922, de 2012, que instituiu o Bônus por Participação nos Resultados - BPR, e na Lei 9.533, de 1997, que instituiu o Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo. - Deputado Léo Oliveira - favorável

41 - Projeto de lei Complementar 23/2015 - Procurador-Geral de Justiça - Acrescenta inciso ao artigo 295 da Lei Complementar nº 734, de 1993, Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, criando a Promotoria de Justiça de Educação, e dá outras providências. - Deputado Vaz de Lima - favorável

42 - Processo 4938/2013 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. C.CCM 1752/2013 - TC-20057/026/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação do Desenvolvimento da Educação-FDE e a empresa Consanc Engenharia e Construções Ltda.. - Deputado Vaz de Lima - que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos

43 - Processo 5810/2014 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. C.CSEB 1305/2014 - TC-030464/026/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo-CDHU e a empresa Construtora Elecon Ltda.. - Deputado Léo Oliveira - que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber sustação do contrato, solicita envio de ofício ao MP e à PGE, com posterior arquivamento dos autos

44 - Processo 7821/2015 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. CG.C.DER 3101/2015 - TC-036472/026/07 - Julgou irregular o Termo Aditivo celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde Unidade de Gestão Assistencial I - Hospital Heliópolis e a empresa Tejofran de Saneamento e Serviços Ltda. - Deputado Orlando Bolçone - que reconhece a decisão do TCE, que julgou irregular o termo aditivo; solicita envio de ofício ao MP, para adoção das medidas cabíveis, com posterior arquivamento dos autos

PARA CIÊNCIA:

- Of. 10/16, do TCE, informando que o Conselheiro Antonio Roque Citadini será o relator das contas do Governador ref. ao exercício de 2016.

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA

COMUNICADO

COMUNICO às Senhoras Deputadas e aos Senhores Deputados abaixo relacionados, membros deste Órgão Técnico, a realização de uma Reunião Ordinária dia 17/02/2016, quarta-feira, às 14:30 horas, no Plenário José Bonifácio, com a finalidade de apreciar a pauta anexa e tratar de outros assuntos de interesse da Comissão.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Analice Fernandes	PSDB	Célia Leão
Ramalho da Construção	PSDB	Maria Lúcia Amary
Roberto Massafera	PSDB	Orlando Morando
Alencar Santana Braga	PT	José Zico Prado
Luiz Turco	PT	Luiz Fernando
Cezinha de Madureira	DEM	Aldo Demarchi
Marcos Neves	PV	Afonso Lobato
Itamar Borges	PMDB	Léo Oliveira
Fernando Cury	PPS	Roberto Moraes
Gileno Gomes	PSL	
Igor Soares	PTN	

Sala das Comissões, em 15/02/2016.

Deputado Alencar Santana Braga - Presidente

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA

1º Reunião Ordinária 17 de Fevereiro de 2016 às 14:30 horas no Plenário José Bonifácio.

Presidente: Deputado Alencar Santana Braga

1 - Projeto de lei 1368/2014 - Deputado Orlando Morando - Autoriza o Poder Executivo a isentar os condomínios residenciais e residências particulares da cobrança de impostos e taxas sobre a construção de poços artesanianos e semi artesanianos. - Deputado Roberto Massafera - favorável - L.T.

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

1º Reunião Ordinária 17 de Fevereiro de 2016 às 14:30 horas no Plenário José Bonifácio.

Presidente: Deputado Alencar Santana Braga

Para deliberação:

02) Requerimento de autoria do Deputado Alencar Santana Braga para que seja realizada uma Audiência Pública com o objetivo de debater e buscar soluções para o problema das enchentes na região de Vila Itaim, Vila Any e imediações nos limites entre os Municípios de São Paulo e Guarulhos, ocasionada pelo transbordamento do Rio Tietê e afluentes, devendo ser convidadas os senhores Superintendente do Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo - DAEE, Ricardo Daruiz Borsari e o Dr. Promotor de Justiça Roberto Proença.

Para Ciência:

03) Relatório Anual de Atividades da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP - referente ao ano de 2014.

Debate

12 DE FEVEREIRO DE 2016

6ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CORONEL CAMILO e JOOJI HATO

Secretário: CORONEL TELHADA

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL CAMILO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CORONEL TELHADA

Lamenta a morte de policiais militares em serviço. Considera que o governo estadual não enfrenta a criminalidade de forma eficiente. Destaca a necessidade de valorização dos policiais e de melhorias no armamento da categoria. Pleiteia maiores investimentos no Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

3 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

4 - CARLOS GIANNAZI

Contesta parecer da Secretaria da Saúde estadual que desconta os dias de ausência dos servidores públicos entre a data de protocolo do pedido de licença-saúde e a decisão final da perícia médica. Exige a reformulação da norma, que, a seu ver, fere a dignidade dos afetados. Adiciona que deve haver sobrecarga no núcleo de perícias médicas do estado de São Paulo com o fechamento de outros espaços que tinham essa função.

5 - CORONEL CAMILO

Discorda das críticas do jornal "O Estado de S. Paulo" aos centros de formação de policiais militares do Estado, os quais defende. Elogia pais que publicaram fotos de seus filhos com farda em apoio à Polícia Militar. Manifesta orgulho pela corporação.

6 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Elogia as palavras do deputado Coronel Camilo e ressalta a importância da Polícia Militar.

7 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, repudia as críticas da mídia à Polícia Militar, à qual declarou seu orgulho. Cita caso de adolescente de 15 anos aprovado no vestibular do ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

8 - CORONEL CAMILO

Assume a Presidência e faz coro às palavras do deputado Coronel Telhada.

9 - JOOJI HATO

Elogia a manutenção da ordem pública pela Polícia Militar durante o Carnaval. Cita casos de assassinatos por garupas de moto. Faz reflexão acerca do possível número de vidas salvas se o projeto de lei "moto sem garupa" tivesse sido sancionado pelo Governo do Estado. Defende a utilização de sistemas de inteligência artificial como apoio ao trabalho policial.

10 - PRESIDENTE CORONEL CAMILO

Aconselha a população a não reagir a assaltos.

11 - CARLOS GIANNAZI

Faz críticas ao descumprimento, pelo governo estadual, de legislação referente à Educação. Cita exemplo de lei que limita o número de alunos da Rede Estadual de Ensino em salas de aula que têm alunos com necessidades especiais matriculados. Denuncia a superlotação de salas de aula no Estado.

12 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

13 - PRESIDENTE CORONEL CAMILO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 15/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Camilo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Massafera. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gil Lancaster. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionários e funcionários desta Casa.

Novamente, estamos nesta tribuna a fim de falarmos sobre segurança pública. Como oficiais de Polícia Militar, atuamos 33 anos no serviço ativo e, agora, na reserva, estamos no campo político trabalhando em prol da melhoria da Segurança em nosso estado, não só da melhoria, mas atuando em outras áreas, como Educação, Saúde. Onde pudermos ser úteis estaremos trabalhando.

Quanto à Segurança Pública, uma das preocupações que nos tem trazido diariamente é a tribuna diz respeito ao grande número de policiais militares, homens e mulheres das forças de Segurança, que infelizmente têm morrido na guerra diária do combate à criminalidade. Infelizmente, na semana retrasada perdemos o tenente Hugo, do 47º, com um tiro na cabeça, vítima de um latrocínio. Ele só foi morto porque era policial militar. Seu corpo foi velado no cemitério da Freguesia do Ó, inclusive a zona norte parou naquele dia do funeral do tenente Hugo. Um jovem que deixa esposa e filhos, um jovem de carreira promissora. Esta é uma realidade muito triste porque diariamente temos visto homens e mulheres terem sua vida ceifada simplesmente porque lutam pela sociedade, lutam pela segurança do cidadão e nós nos preocupamos porque essa realidade vem se verificando já há alguns anos e não se vê um trabalho eficiente por parte do Governo do Estado no combate a essa violência contra a Polícia Militar, contra o cidadão. Temos visto, sim, forças contrárias crescerem; temos visto, sim, forças que apoiam o crime e desvalorizam a Polícia encontrarem mais eco na mídia

e na sociedade. Esta é uma realidade que precisamos mudar. Temos conversado muito sobre isso com o coronel Camilo e outros policiais e sabemos que o estado de São Paulo só conseguirá entrar nos eixos quando realmente enfrentar o crime de maneira enérgica. A própria palavra já diz ‘de frente’. Nós não enfrentamos o crime, a violência distribuindo rosas para criminosos. Nós enfrentamos o crime combatendo-o à altura.

Temos visto no interior, principalmente, quadrilhas de roubo a banco agirem de forma violenta: entram na cidade e fecham a cidade como num filme do velho oeste. Entram dando tiro para todo lado apavorando as pessoas, muitas vezes uma cidade que tem três, quatro policiais e que ficam impossibilitados de agir porque nem armamento em condições de enfrentar eles têm.

Ora, temos de mudar essa realidade. Precisamos valorizar nossas Polícias, armar nossas Polícias com armamento capaz de enfrentar esses criminosos; precisamos valorizar a vida do policial, valorizar a família do policial, valorizar a nossa sociedade, ressaltar valores às nossas crianças. Diariamente vejo deputados brigarem por uma melhor Educação e fazem muito bem porque ela é a base de uma sociedade. No entanto, temos perdido valores básicos nessa sociedade. Precisamos rever isso.

Só teremos um resultado eficaz contra a criminalidade quando toda a sociedade estiver engajada nessa luta.

Quando falamos em Segurança não nos referimos só à criminalidade.

Tivemos ontem ou anteontem um grande incêndio em São José dos Campos numa empresa de ônibus. Trinta e um ônibus acabaram sendo totalmente destruídos por um incêndio que está sendo averiguado se criminoso ou não e nós nos preocupamos porque o Corpo de Bombeiros é um segmento da Polícia Militar. A propósito, temos trabalhado forte pela PEC 09/15 no sentido de emancipar o Corpo de Bombeiros dando-lhe mais força. Nesse sentido, teremos uma reunião com o senhor governador do estado e levaremos esse assunto porque no Brasil apenas dois estados têm o Corpo de Bombeiros ainda subordinado à Polícia Militar: o estado de São Paulo e o estado do Paraná. Estamos trabalhando no sentido de mudar essa realidade para termos um Corpo de Bombeiros mais eficiente e eficaz.

A nossa luta continua. Estaremos aqui diariamente falando sobre Segurança Pública e mais uma vez pedimos ao senhor governador do estado: não esqueça dos seus funcionários públicos, em especial da sua Polícia Militar, que precisam urgentemente de um aumento salarial. Sabemos da dificuldade que o País enfrenta, mas sabemos também que se houver um planejamento adequado conseguiremos, no mínimo, combater a inflação que caiu sobre os salários dos funcionários públicos.

Esta a realidade que o governador tem que voltar os olhos porque o funcionalismo tem trabalhado, mas o pessoal já está sufocado, apertado e não está aguentando mais.

Sr. Governador, Sr. Secretário de Segurança Pública pensem na sua Polícia Militar porque é a sua Polícia Militar que mantém o seu governo de maneira ordeira e organizada como tem sido até agora.

Muito obrigado.

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público aqui presente, telespectadores da TV Assembleia, gostaria de hoje fazer mais uma denúncia aqui contra o governo estadual que tem se caracterizado por um grande ódio contra os servidores do estado.

O nobre deputado Coronel Telhada disse bem aqui sobre a questão salarial dos servidores da Segurança Pública, a falta de cumprimento da data-base salarial, mas o ódio e o desprezo do governo estadual aos servidores vão muito além de disso.

Deputado Coronel Telhada, deputado Jooji Hato e deputado Coronel Camilo, agora o governo estadual baixou uma norma através de Centro de Recursos Humanos, que estabelece normas sobre as licenças médicas dos servidores estaduais, de todos os servidores praticamente, dizendo que quando um servidor protocolar um pedido de licença para fazer tratamento de saúde, uma cirurgia, a partir do momento em que ele fica esperando a perícia médica, porque ele protocola o pedido, e a perícia médica, por incompetência do próprio estado, não é feita imediatamente, protocola o pedido e ele é avaliado por uma junta médica, por um médico enfim, por Departamento de Perícias Médicas do estado de São Paulo. Mas, enquanto essa perícia não ocorre, os dias de licenças são descontados pelo estado, pela respectiva secretaria daquele servidor.

Se um servidor é operado hoje em caráter de emergência, ele entra no processo de cirurgia, e fica internado no hospital, alguém protocola o pedido de perícia médica. Mas enquanto ele aguarda e essa perícia demora muito tempo porque pode demorar 20, 30 60, 90 dias esse período é descontado do funcionário.

É um absurdo total essa interpretação da lei, da legislação que é contra todos os servidores do estado de São Paulo e que têm penalizado professores, servidores da Segurança Pública, servidores da Saúde e todas as secretarias do Sistema Prisional.

Temos que tomar providência imediata contra esse tipo de procedimento, que tem prejudicado milhares de servidores que estão adoecidos, estão fazendo tratamento de saúde, que estão internados em hospitais.

Esta a situação. Então esse Parecer nº 95, que estou aqui questionando, é justamente dessa coordenadoria de Recursos Humanos que centraliza toda essa gestão de recursos humanos no estado. Esse parecer é fascista que atenta contra a dignidade humana dos nossos servidores e deve ser revogado, revisto imediatamente.

Faço aqui um apelo aos deputados de todos os partidos políticos, principalmente os da base do governo, os deputados que defendem os servidores para que contestem esse parecer.

É um absurdo esse parecer, deputado Coronel Telhada, deputado Coronel Camilo. Então se V. Exa. é um funcionário público, fica doente, sofre um acidente e entra numa cirurgia hoje, vai ficar internado por um mês e terá todos esses dias descontados até a realização de uma perícia médica.

Está aqui o Parecer nº 95/2015 que está sendo já divulgado em todo o estado, em todas as secretarias. Portanto, será um atentado contra todos os servidores, de todas as secretarias.

Isso mostra, mais uma vez, o desprezo do governo com os servidores. Queremos que esse parecer seja reformulado, que medidas sejam tomadas e que perícias sejam feitas com rapidez. Não faz sentido que um funcionário que ficou doente hoje faça a perícia somente daqui a dois ou três meses, isso é um absurdo total.

Para piorar a situação, recebemos agora a informação de que a Secretaria Estadual de Educação, que tinha iniciado um processo de descentralização das perícias médicas para os servidores da Educação, praticamente fechou todos os núcleos de perícia no estado, ou seja, vai concentrar tudo de novo nas mãos do Departamento de Perícias Médicas, que já não dá conta do atendimento.